



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO



CMU 000550-IE6 16/Set/2020 13:00

Projeto de Lei n.º 058/2020-Poder Executivo.

Projeto de Lei N.º 072/2020.

**Cria o Fundo Municipal da Segurança Pública e Cidadania – sigla FUMSEC em Uruguaiana/RS, e dá outras providências.**

**Art. 1º** Institui no município de Uruguaiana/RS o Fundo Municipal da Segurança Pública e Cidadania, sigla FUMSEC, destinado ao custeio, manutenção, investimento e financiamento de ações e programas referentes à Segurança Pública no Município.

Parágrafo único. O Fundo Municipal de Segurança Pública e Cidadania, objeto desta Lei, fica vinculado à Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana – SEGTRAM, ou órgão que vier a substituí-la.

**Art. 2º** O FUMSEC financiará ações e programas que tenham como objetivos:

- I – o desenvolvimento de políticas públicas de segurança pública e cidadania;
- II – a prevenção e o enfrentamento à violência no âmbito da competência do Município;
- III – o investimento em tecnologia, materiais, equipamentos e infraestrutura para o enfrentamento à violência;
- IV – o aperfeiçoamento e qualificação dos recursos humanos e modernização da estrutura da Guarda Civil Municipal;
- V – o apoio aos órgãos da Segurança Pública; e
- VI – as ações educativas e preventivas contra a violência, a intolerância e a discriminação.

**Art. 3º** A gestão dos recursos do Fundo ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana – SEGTRAM, que manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do mesmo, obedecido o previsto na Lei Federal n.º 4.320, de 1994.

§ 1º A SEGTRAM elaborará Plano de Ação e de Aplicação dos recursos do Fundo, observando o disposto no inciso I, do § 5º, do artigo 165, da Constituição Federal.

§ 2º A aplicação dos recursos do Fundo passará necessariamente pela análise e deliberação do Conselho Municipal de Segurança, instituído nos termos da Lei n.º 3.182, de 2002, alterada pela Lei n.º 4.485, de 2015.

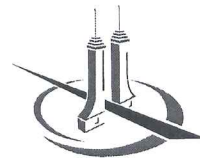
§ 3º Não haverá movimentação de recursos financeiros do Fundo sem a prévia aprovação do Conselho Municipal de Segurança.

**Art. 4º** Caberá ao Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M, a fiscalização da aplicação dos recursos do FUMSEC:

- I – acompanhar e avaliar a execução do Plano de Ação e de Aplicação dos recursos, o desempenho e resultados financeiros do Fundo;
- II – fiscalizar as ações e programas desenvolvidos com recursos do Fundo; e
- III – avaliar e aprovar balancetes mensais e o balanço anual do Fundo.



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



**Art. 5º** Constituem fontes de recursos do FUMSEC:

I – recursos públicos destinados pelo Poder Executivo a serem estabelecidos na legislação orçamentária do Município;

II – doações financeiras de pessoas físicas e jurídicas de direito público e privadas;

III – subvenções e auxílios de entidades de qualquer natureza;

IV – recursos oriundos de convênios, acordos de cooperação, de ajustes ou de outros instrumentos congêneres;

V – auxílios e subvenções específicos concedidos por órgãos ou entidades federais e estaduais;

VI – doações financeiras e de bens móveis ou imóveis de pessoas jurídicas públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, de Estados estrangeiros e de organismos internacionais e multilaterais;

VII – transferências orçamentárias provenientes de outros órgãos ou entidades públicas;

VIII – os recursos oriundos de emendas parlamentares destinadas aos objetivos do Fundo; e

IX – outros recursos a ele destinados.

**Art. 6º** Trimestralmente o Poder Executivo divulgará, através do Conselho Municipal de Segurança, a captação de recursos; saldos disponíveis e os investimentos do Fundo.

**Art. 7º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

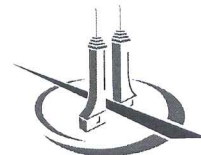
**Gabinete do Prefeito, em 15 de setembro de 2020.**

**Ronnie Peterson Colpo Mello,**  
Prefeito Municipal.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUGUAIANA  
PALÁCIO RIO BRANCO**



**Justificativa**

Encaminho à apreciação desse egrégio Poder Legislativo o incluso **Projeto de Lei n.º 072/2020** que “**Cria o Fundo Municipal da Segurança Pública e Cidadania – sigla FUMSEC em Uruguaiana/RS, e dá outras providências**”.

A proposta da criação do Fundo, que ora se encaminha, surge da ideia compartilhada entre os Poderes Legislativo e Executivo, cientes da necessidade de se buscar e concentrar recursos financeiros destinado ao custeio, manutenção, investimento e financiamento de ações e programas referentes à Segurança Pública no Município, através do desenvolvimento de políticas públicas de segurança pública e cidadania; prevenção e o enfrentamento à violência no âmbito da competência do Município; investimento em tecnologia, materiais, equipamentos e infraestrutura para o enfrentamento à violência; aperfeiçoamento e qualificação dos recursos humanos e modernização da estrutura da Guarda Civil Municipal, bem como o apoio aos órgãos da Segurança Pública; e, a prática de ações educativas e preventivas contra a violência, a intolerância e a discriminação.

Saliente-se que a gestão dos recursos do FUMSEC ficará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito, Transportes e Mobilidade Urbana – SEGTRAM, que manterá os controles contábeis e financeiros de movimentação dos recursos do mesmo, obedecido o previsto na Lei Federal n.º 4.320, de 1994.

Ainda, que o órgão gestor deverá elaborar Plano de Ação e de Aplicação dos recursos do Fundo, observando o disposto no inciso I, do § 5º, do artigo 165, da Constituição Federal, ou seja, incluí-lo na legislação orçamentária do Município: Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e Lei dos Orçamentos Anuais – LOA.

Torna-se, também, relevante destacar que toda e qualquer movimentação de recursos financeiros do FUMSEC deverá contar com prévia aprovação do Conselho Municipal de Segurança, instituído nos termos da Lei Municipal n.º 3.182, de 2002, alterada pela Lei n.º 4.485, de 2015.

Confiante na pronta atenção de Vossa Excelência e demais pares, pela relevância da matéria, solicito seja o projeto apreciado em regime de urgência, nos termos do artigo 82, da Lei Orgânica do Município, renovando, nesta oportunidade, protestos de distinta consideração e apreço.

**Atenciosamente,**

  
**Ronnie Peterson Colpo Mello,**  
Prefeito Municipal.